

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 06 de junho de 2025 às 07h47
Seleção de Notícias

Migalhas | BR

| | |
|--|---|
| ABPI | |
| As ICTs podem se beneficiar da repartição de benefícios no Brasil? | 3 |
| Propriedade Industrial | |
| MIGALHAS nº 6.114 | 6 |
| MIGALHAS | |

MSN Notícias | BR

| | |
|---|----|
| Marco regulatório INPI | |
| Angela Ro Ro vence disputa e recupera site após sofrer cybersquatting | 13 |
| PIPOCA MODERNA | |

TecMundo | BR

| | |
|---|----|
| Direitos Autorais | |
| Eminem processa Meta em US\$ 109 milhões por violação de direitos autorais de mais de 240 músicas | 14 |
| NOVIDADES IGOR ALMENARA CARNEIRO | |

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

| | |
|--|----|
| Direitos Autorais | |
| Reddit processa Anthropic por usar posts de usuários para treinar sua IA | 15 |
| LINK AUTOR FORTUNE | |

R7 | BR

| | |
|---|----|
| 06 de junho de 2025 Pirataria Biopirataria | |
| Bioeconomia pode gerar faturamento industrial de US\$ 284 bi até 2050, diz pesquisa | 17 |
| BRASÍLIA | |

As ICTs podem se beneficiar da repartição de benefícios no Brasil?



As ICTs surgem como protagonistas na busca por soluções de conservação da biodiversidade e devem acessar recursos, via repartição de benefícios, para contribuir com .

As ICTs podem se beneficiar da repartição de benefícios no Brasil? Luiz Ricardo Marinello e Cleyd Andrade As ICTs surgem como protagonistas na busca por soluções de conservação da biodiversidade e devem acessar recursos, via repartição de benefícios, para contribuir com . quinta-feira, 5 de junho de 2025
Atualizado às 08:35 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Introdução

O Brasil é um país que possui a maior biodiversidade do planeta, mas amarga índices de pobreza e baixo desenvolvimento, que contrastam com essa imensa riqueza natural.

O presente ensaio, busca demonstrar que as ICTs - Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, podem e devem ser beneficiárias do FNRB - Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios¹ e de todo o abpi.empauta.com

sistema de acesso e repartição de benefícios no Brasil, tanto quanto os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

A Convenção sobre **Diversidade** Biológica (CDB), adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), estabelece três pilares fundamentais: a conservação da **diversidade** biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos **recursos** genéticos. Dentre esses, destaca-se a **transferência** de tecnologia como uma forma essencial de repartição de benefícios não monetária, prevista expressamente nos artigos primeiro e 16 da CDB.

Neste sentido, a **transferência** de tecnologia surge como uma das modalidades de repartição de benefícios não monetários, devendo ser entendida como um meio de fortalecimento das capacidades locais, redução de desigualdades e promoção de desenvolvimento sustentável. Assim, a **transferência** de tecnologia não apenas promove inovação, mas também empodera comunidades e instituições locais, viabilizando o uso sustentável dos recursos naturais.

Desde então, diversos instrumentos internacionais e nacionais reforçaram esse compromisso. A Agenda 21, também aprovada na ECO-92, encorajou mecanismos de cooperação internacional para a **transferência** de tecnologias ambientalmente saudáveis e o fortalecimento de capacidades locais, reforçando este compromisso ao estimular formas de cooperação para **transferência** de tecnologia, capacitação e acesso à informação. O Capítulo 34 da Agenda trata especificamente da promoção do desenvolvimento e da **transferência** de tecnologias ambientalmente saudáveis, entendidas como indispensáveis para a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das po-

Continuação: As ICTs podem se beneficiar da repartição de benefícios no Brasil?

pulações.

Assim, desde a década de 90, está consolidado o entendimento internacional de que a **transferência** de tecnologia é uma ferramenta essencial para assegurar o equilíbrio entre a exploração econômica da biodiversidade e sua conservação.

O tema na lei 13.123/15 e decreto 8772/16.

A internalização dos compromissos internacionais pelo Brasil se deu por meio da promulgação da lei 13.123/15 e do decreto 8.772/16, que regulamenta seu funcionamento.

O art. 19 da lei 13.123/15 prevê expressamente que a repartição de benefícios poderá ser realizada de forma monetária ou não monetária. Entre as formas não monetárias estão a participação em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), o intercâmbio de informações e recursos humanos, a consolidação de infraestrutura de pesquisa e os empreendimentos conjuntos de base tecnológica.

Tais disposições foram reafirmadas no decreto 8.772/16, especialmente em seu artigo 52, que estabelece:

"No caso do inciso II do art. 50, a repartição de benefícios não monetária a que se referem as alíneas 'b', 'c', 'd' e 'f' do inciso II do art. 19 da lei 13.123, de 2015, será destinada a órgãos e instituições públicas nacionais que executem programas de interesse social."

Deste modo, observa-se que o legislador brasileiro ampliou o espectro de beneficiários da repartição não monetária, incluindo explicitamente as ICTs que atuem em programas de interesse social, não havendo, portanto, qualquer impedimento para que estas instituições, ao desenvolverem programas de interesse social ou realizarem projetos de pesquisa em parceria com empresas ou comunidades, acessem os recursos² do FNRB ou se beneficiem da repartição não monetária.

Importante ressaltar que não há que se falar em concorrência entre povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e ICTs pelo acesso a esses recursos. Pelo contrário, há uma complementaridade de funções e uma sinergia desejável, como já apontamos no artigo "Saberes confluentes em novas visões de mundo"³, escrito em coautoria com André Baniwa, Floriana Breyer, Luciana Villa Nova e Simone Athayde, que explora a necessidade de harmonização entre saberes científicos e ancestrais, apontando para soluções colaborativas que acelerem a transição socioeconômica na Amazônia.

Conclusões

Em um cenário global marcado por desafios ambientais e sociais, a ciência e a inovação não são apenas alternativas, mas ferramentas essenciais para promover mudanças reais.

Vale lembrar que os fabricantes de produtos acabados contendo acesso ao patrimônio genético brasileiro são obrigados a repartir benefícios, de forma monetária (depositando o valor devido no FNRB) ou repartindo benefícios de forma não monetária, aportando os valores devidos a projetos de seu interesse, conforme apregoa a lei 13.123/15 e o decreto 8772/16.

O que defendemos aqui é que entre os projetos elegíveis para receber repartição de benefícios, podem estar aqueles envolvendo pesquisa científica contendo acesso ao patrimônio genético ou acesso ao conhecimento tradicional associado pelas ICTs.

Com esta leitura, já aplicável do FNRB, parece fazer sentido que as ICTs possam se aproximar da indústria, dando maior visibilidade de seus projetos envolvendo ativos da biodiversidade nativa do Brasil.

Com efeito, recomendamos 05 passos para as ICTs: a) Identifiquem projetos com potencial de impacto social, ambiental ou tecnológico. Mesmo os projetos em fase inicial podem ser moldados para atender aos

Continuação: As ICTs podem se beneficiar da repartição de benefícios no Brasil?

objetivos do FNRB; b) Estabeleçam parcerias com empresas que utilizam o patrimônio genético. Apresente sua ICT como uma aliada estratégica para iniciativas de repartição de benefícios não monetária; c) Acompanhem atentamente os editais do FNRB. Com o aumento dos recursos internacionais, os editais devem se tornar mais frequentes e robustos; d) Adotem uma abordagem integrada em suas propostas. Ações que envolvem ensino, pesquisa e extensão têm grande potencial de serem contempladas pela política de repartição de benefícios.

Por outro lado, e com a excelente perspectiva de recursos futuros do novo Fundo Cali, é também recomendável que as ICTs acompanhem de perto toda a evolução internacional para que possam auferir mais recursos para as suas pesquisas, inclusive para o fortalecimento dos NITs, que são essenciais para o desenvolvimento tecnológico do país.

1 O FNRB é um fundo público de natureza contábil, criado pela Lei nº 13.123/2015, regulamentado pelo Decreto nº 8.772/2016 e vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Sua operacionalização se dá sob a governança do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen). O Fundo visa promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade; reforçar políticas públicas ambientais, sociais e culturais; apoiar a pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico; valorizar os conhecimentos tradicionais; implementar ações que fomentem a sociobioeconomia no país. Em fevereiro de 2025, o FNRB contava com o montante de R\$ 9.864.836,64, conforme dados públicos da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente.

2 Além do FNRB, surge no cenário internacional o Fundo Cali, uma iniciativa multilateral voltada ao financiamento da repartição de benefícios provenientes do uso digital de informações sobre **recursos** genéticos - as chamadas Digital Sequence Information (DSI). Seu objetivo é criar um sistema financeiro global para assegurar que benefícios advindos da utilização de DSI sejam repartidos de maneira justa e equitativa, sobretudo com países detentores de biodiversidade, como o Brasil. Maiores detalhes em <https://www.migalhas.com.br/depeso/422760/o-novo-mecanismo-multilateral-de-reparticao-de-beneficios-para-dsi>

3 Marinello, Luiz et al. "Saberes confluentes em novas visões de mundo", Stanford Social Innovation Review Brasil, 2024. O artigo explora as conexões entre conhecimentos ancestrais, tradicionais e acadêmicos para promover soluções que acelerem a transição socioeconômica na Amazônia.

Luiz Ricardo Marinello Mestre em Direito pela PUC/SP, coordenador da Comissão de Estudos de Bioeconomia e Sustentabilidade da **ABPI** (Associação Brasileira da **Propriedade** Intelectual) e sócio de Marinello Advogados. Cleyd Andrade Profissional e estudante de Direito, atua com **biodiversidade**, SisGen, CGEN e na aplicação da Lei 13.123/15, sempre atualizada nas normas e práticas de acesso e repartição de benefícios.

MIGALHAS nº 6.114



Quinta-Feira, 5 de junho de 2025 - Migalhas nº 6.114.

Fechamento às 07h41.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

Lacerda e França Advogados

()

"Só poeticamente conseguiremos explicar o mundo."

Paulo Bomfim

Papel do Judiciário

STF retomou ontem julgamento de normas do marco civil da internet. Durante a sessão, ministro Barroso rebateu críticas de que a Corte estaria legislando ou censurando, e destacou que apenas supre a omissão do Congresso. Ao tratar da desinformação, defendeu valores essenciais: "mentir precisa voltar a ser errado". ()

Redes na berlinda

O julgamento foi retomado com o voto-vista do ministro André Mendonça, que iniciou a manifestação informando que precisará de mais uma sessão para concluir o voto. ()

Papel do Legislativo

Na primeira parte do voto, ministro André Mendonça defendeu a constitucionalidade do art. 19 do marco civil da internet e sustentou que cabe ao Legislativo, e não ao Judiciário, decidir sobre a regulação das plataformas digitais. Para S. Exa., restringir a liberdade de expressão sob pretexto de proteger a democracia seria uma contradição. O ministro traçou paralelos com modelos internacionais, alertou contra o ativismo judicial e criticou soluções exclusivamente jurídicas para o enfrentamento das fake news. Ao tratar da liberdade de expressão, afirmou: "é lícito duvidar da existência de Deus, de que o homem foi à Lua e também das instituições". ()

Estado da arte

Importante lembrar que, até o momento, três ministros já votaram. Toffoli e Fux defenderam a inconstitucionalidade do art. 19, por entenderem que, diante da evidência de ilicitude, as plataformas devem ser responsabilizadas independentemente de ordem judicial. Já o presidente do STF, ministro Barroso, propôs uma posição intermediária: reconhece a inconstitucionalidade parcial do dispositivo, mas sugere ajustes que ampliem as exceções já previstas no art. 21 da mesma lei. ()

Operação Naufrágio

Corte Especial do STJ condenou investigados por corrupção e crimes contra a Administração Pública no âmbito da operação Naufrágio, que apurou esquema de venda de decisões judiciais no TJ/ES. Ex-juízes, servidores, advogados e empresários foram condenados a penas que variam de 4 a 21 anos de reclusão. ()

Operação Naufrágio - II

Parte dos réus foi absolvida por insuficiência de provas, conforme voto divergente do ministro Mauro Campbell Marques. ()

Selic nas dívidas civis

Ministro Salomão admitiu recurso ao STF contra decisão da Corte Especial que fixou a Selic como índice de correção de dívidas civis. O recurso questiona se a metodologia da Selic compromete a reparação integral do dano. S. Exa. ressaltou que o STF ainda não enfrentou diretamente o impacto da Selic em dívidas de Direito Privado. ()

Bomba de insulina

2ª seção do STJ vai decidir, sob o rito dos repetitivos, se planos de saúde são obrigados a fornecer bomba de infusão de insulina a pacientes diabéticos. Relator, ministro Cueva marcou audiência pública e determinou a suspensão de processos sobre o tema. ()

Transações imobiliárias

CNJ publicou provimento definindo regras para modernização e segurança jurídica no registro de imóveis. O provimento objetiva solucionar problemas históricos como grilagem de terras, sobreposição de áreas e fragmentação de dados cadastrais. ()

Procura-se!

Após declaração pública de que deixou o país sem intenção de retorno (ou seja, fugiu mesmo), Carla Zambelli teve a prisão preventiva decretada pelo ministro Alexandre de Moraes. A decisão também determina o bloqueio de bens e redes sociais, e inclusão de seu nome na lista da Interpol. ()

Turbulência em solo

Advogada brasileira Priscila Corrêa denunciou ter sido retirada à força de um voo no aeroporto do Porto, em Portugal. Em vídeos divulgados nas redes sociais, ela relata ter sido algemada, agredida e exposta por agentes policiais, após um desentendimento com funcionária da companhia envolvendo a bagagem de mão. ()

Violência doméstica

Após ser preso em flagrante em abril por violência doméstica, o advogado João Neto foi condenado a quatro anos de reclusão. Ele também deverá pagar R\$ 40 mil de indenização à ex-companheira. ()

Prestação de contas de uma tragédia

Ministro Barroso anunciou que já foram homologados 52 mil acordos relacionados à tragédia de Mariana/MG, com pagamentos que somam R\$ 2,5 bilhões às vítimas. S. Exa. também informou que a Samarco - controlada pela Vale e pela BHP - já repassou R\$ 1,9 bilhão à União, R\$ 1,5 bilhão a Minas Gerais e R\$ 1,2 bilhão ao Espírito Santo. Dos 49 municípios atingidos, 26 aderiram ao acordo coletivo e receberam R\$ 135 milhões. O INSS, por sua vez, foi ressarcido em R\$ 500 milhões por benefícios pagos a 22 mil pescadores afetados. Apesar dos avanços, 21 cidades, entre elas Mariana, Ouro Preto e Coronel Fabriciano, ajuizaram nova ação civil pública contra as mineradoras, buscando indenizações maiores e contestando a divisão dos recursos. ()

Novo Apoiador

Com sede em Brasília e filial em São Paulo, Lacerda e França Advogados é um escritório boutique que alia excelência técnica, estratégia e atuação personalizada dos sócios. Com forte presença em Direito Público e Privado, oferece soluções jurídicas em todas as instâncias, prezando por relações duradouras, marcadas pela confiança, transparência e rigor. e conheça o novo Apoiador do Migalhas.

Inclusão

Lula sancionou a lei 15.142/25 que reserva 30% das vagas em concursos públicos federais para negros, indígenas e quilombolas. ()

Comarcas remotas

CNJ prorrogou até 30 de junho de 2025 o prazo para que tribunais regulamentem incentivos à permanência de juízes em comarcas de difícil provimento. ()

Cálculo de multas administrativas

Ministro Toffoli pediu vista no julgamento que discute a validade do uso do salário-mínimo como base para multas administrativas. ()

Localização no exterior

Após tentativas frustradas de cobrança, Justiça autorizou a quebra do sigilo migratório de sócios de uma empresa devedora para tentar localizá-los no exterior. ()

Episódio isolado

TRT-10 anulou justa causa aplicada a piloto da Gol, considerando que a confusão na escala de voos foi um episódio isolado, sem gravidade suficiente para romper a confiança no vínculo empregatício. ()

Luto violado

Enteada que ofendeu e humilhou a madrasta durante os preparativos para o funeral do pai foi condenada por danos morais. ()

De volta ao jogo

Juiz permitiu que candidato eliminado por histórico de fratura em concurso da PM/MG participe da etapa física e, se aprovado, siga nas demais fases do certame. ()

Sem decadência

STF negou trancar ação penal por estupro ao reconhecer que, havendo violência real, a denúncia do MP independe de representação da vítima e não está sujeita à decadência. ()

Niède Guidon (1933-2025)

Faleceu ontem, aos 92 anos, em São Raimundo Nonato/PI, a arqueóloga, pesquisadora e professora Niède Guidon - uma das figuras mais emblemáticas da ciência brasileira. Nascida em Jaú/SP, em 1933, dedicou grande parte de sua vida ao sertão do Piauí, onde revelou ao mundo os tesouros arqueológicos da Serra da Capivara, cuja preservação se tornou sua maior causa. Reconhecida internacionalmente por suas contribuições sobre o povoamento das Américas, ela foi autora de uma tese que desafiou paradigmas e impulsionou o reconhecimento da riqueza histórica do Brasil profundo. Mais que cientista, foi uma incansável guardiã do nosso patrimônio.

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

CPC na prática

Professor Rogerio Mollica analisa recente entendimento do STF quanto à ausência de repercussão geral, por não se tratar de matéria constitucional, na fixação de honorários advocatícios equitativos entre particulares. ()

Jurisprudência do CPC

Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, novidade dos arts. 976 e ss, ganha contornos na prática, como destaca Mirna Cianci. ()

Processo Disciplinar no Sistema OAB e atualidades jurídicas

Antonio Alberto do Vale Cerqueira destaca que os embargos de declaração na OAB são essenciais para corrigir vícios e aprimorar decisões no processo disciplinar. ()

Direito e Sexualidade

Leandro Reinaldo da Cunha discute os contornos do divórcio liminar à luz do REsp 2.189.143, destacando seus fundamentos jurídicos, impactos processuais e o necessário recorte de gênero. ()

ABC do CDC

Desembargador aposentado Rizzatto Nunes discute a responsabilidade civil objetiva no CDC, destacando a reparação de danos materiais e morais a consumidores e equiparados em acidentes de consumo. ()

Migalhas de peso

- "Prova da polícia penal de Goiás tem questões anuladas pela Justiça: Saiba o que isso pode significar para o seu concurso", por Ricardo Nascimento Fernandes (Fernandes Advogados). ()

- "Financiamento de litígios: Do acesso à justiça ao filtro de frivolidade", por Arthur Dias da Silva e Guilherme Barros (Mazzotini Advogados Associados - MAA). ()

- "Da inadequação do agravo de instrumento como meio de impugnação da decisão que autoriza o DIP Financing", por Bruno Onoda (DASA Advogados). ()

- "Seguro auto e telemetria: Tecnologia a favor da personalização e da segurança", por Thaynara Andretta e Anelise Roberta Belo Bueno Valente (Rücker Curi Advocacia e Consultoria Jurídica). ()

- "A LGPD e as instituições de pagamento: Como proteger dados sensíveis do consumidor de crédito", por Khyrlyan Taro Sakai (Mascarenhas Barbosa Advogados). ()

- "Entenda a nova lei de seguros", por Marco Aurélio Franqueira Yamada (Mandaliti). ()

- "A **arbitragem**, o direito material e o abandono da teoria geral", por Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa (Duclerc Verçosa Advogados Associados). ()

- "Negócios jurídicos processuais no Direito de Família: "Os lírios não nascem das leis", por Lucas Menezes (Pessoa & Pessoa Advogados Associados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Novo sócio

Lacerda e França Advogados anuncia Pedro Júlio Sales D'Araújo como novo sócio do escritório para prática Tributária, reforçando a atuação em consultoria estratégica e contencioso complexo. ()

Nova unidade

Queiroz Cavalcanti Advocacia inaugura nova unidade em Rio Mar, em Recife. O espaço integra áreas jurídicas estratégicas para oferecer soluções sob medida e multidisciplinares, reforçando a atuação do escritório junto a empresas de diversos setores. ()

Apoio estratégico

Pessoa & Pessoa Advogados Associados implementou uma área de Legal Operations. Em seis meses, a nova estrutura resultou em redução de custos, aumento de produtividade e melhoria na experiência dos clientes. ()

Baú migalheiro

Há 176 anos, em 5 de junho de 1849, a Dinamarca tornou-se uma monarquia constitucional com a promulgação de uma nova constituição, que encerrou o regime absolutista vigente desde o século XVII. (Compartilhe)

Sorteio

Participe do sorteio da 4ª edição da obra coletiva "C-LT Comentada Artigo por Artigo" (Editora Mizuno, 780p.), organizada por Ricardo Calcini (Calcini Advogados), Abel Ferreira Lopes Filho e João José da Fonseca. ()

Novidades

No dia 10/6, no Espaço Cultural do STJ, acontece o lançamento da obra "Temas de Processo Civil - Estudos em Homenagem ao Ministro Franciulli Netto". ()

Dia 2/6, foi lançada a 2ª edição do livro "Estudos em homenagem ao Ministro Humberto Martins", com prefácio do ministro Dias Toffoli e apresentação do professor Roberto Rosas (Rosas Advogados). Henrique Mourão Advocacia divulgou "Newsletter | Junho 2025" que traz um compilado dos principais temas jurídicos debatidos no decorrer do mês de maio. ()

Migalhíssimas

Ingo Wolfgang Sarlet (INGO WOLFGANG SARLET Consultoria Jurídica) e Édis Milaré (Milaré Advogados) participam hoje do painel "Direito Ambiental Contemporâneo: Estado Socioambiental, Sustentabilidade e Relações de Trabalho" durante o "V Simpósio Internacional EJUD8 Sustentabilidade, Trabalho e Amazônia no contexto da COP30". () Brasil Salomão e Matthes Advocacia promove hoje o debate "Recuperação Judicial sob a ótica do credor", no auditório da matriz em Ribeirão Preto/SP. O evento terá como palestrantes os sócios-advogados Fernando Mazzo, Fábio Pimenta e Henrique Furquim Paiva como mediador. O objetivo é oferecer uma análise aprofundada da recuperação judicial sob a perspectiva dos credores, reunindo visões jurídica e financeira para debater riscos, alternativas legais e oportunidades. () Hoje, às 11h, Raul Murad, sócio do escritório Denis Borges Barbosa Advogados, palestra no "4º Encontro Científico das Comissões de Estudo

da **ABAPI** - Associação Brasileira dos Agentes da **Propriedade Industrial**" sobre "Perícias complexas e calendário processual". () Amanhã, às 11h, pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ", Ana Tereza Basilio, de Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ, profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Ética Profissional" com o tema "O papel preventivo do Tribunal de Ética e Disciplina diante dos desafios éticos da advocacia na era digital". () Dia 10/6, na OAB/SP, acontece o evento "III Direito do Terceiro Setor Law Summit". Entre os participantes, Laís de Figueirêdo Lopes, do escritório Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados. () O grupo Trabalhista do escritório Trench Rossi Watanabe realiza, dia 12/6, o webinar "O Crescimento do Assédio Moral no Ambiente de Trabalho e Impactos Legais". O evento reunirá especialistas da área jurídica e a Desembargadora do TRT da 2ª Região, Regina Duarte, para debater sobre os efeitos do assédio moral nas organizações, com foco nas implicações legais e nos desafios enfrentados pelas empresas. () L.O. Baptista Advogados realiza dia 12/6 o evento "Inovação e IA: o futuro digital das empresas". Na ocasião, o foco será o debate sobre como a inovação e a IA podem ajudar a escalar negócios, os desafios do uso responsável e o que realmente se espera dessa tecnologia. () No mês passado, Aparecido Inácio Ferrari de Medeiros, assessor jurídico do SindSaúde-SP e sócio do escritório Aparecido Inácio e Pereira Advogados Associados, ministrou a palestra "Assédio moral no mundo do trabalho: causas e consequências" durante ciclo de atividades promovido pelo InCor do Hospital das Clínicas FMUSP. () Escritório /asbz lançou a iniciativa "Bússola da Parentalidade". O objetivo da ação é incentivar a cooperação e colaboração mútua de ambos os pais na criação dos filhos, promovendo a equidade de gênero ao dividir os cuidados entre homens e mulheres. ()

Aspectos práticos

AATSP - Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo promove o curso "Aspectos Práticos da

Defesa no Processo do Trabalho" nos dias 1º, 2 e 3/7.
()

Legal design

FGV LAW, da FGV Direito SP, promove, no dia 10/6, às 10h, o webinar gratuito "Prática Contratual e Legal Design", voltado a quem deseja aprofundar seus conhecimentos na elaboração e gestão estratégica de contratos. ()

Arbitragem

Escola CAMES realiza no dia 9/6, às 18h30, o webinar "Arbitragem e corrupção: entre a cruz e a espada?", com Felipe Véras e Natália Mizrahi Lamas. ()

Diretrizes urbanísticas

O evento "As Restrições Convencionais de Loteamento, Zoneamento e Plano Diretor. Aposentamentos em Homenagem ao Presidente Nelson Kojranski", promovido pelo IASP, acontece amanhã. ()

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

GO/Buriti Alegre

MG/São João da Mata

RO/Jaru

RS/São Pedro do Sul

SP/Gália

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"G.O.P.'s Bill Would Swell U.S. Debt by \$2.4 Trillion"

The Washington Post - EUA

"Putin vows retaliation for strikes in Russia"

Le Monde - França

"Les cartels de la drogue à l'assaut des Antilles"

Corriere della Sera - Itália

"Putin a Trump: colpevole l'Ucraina"

Le Figaro - França

"Ces traitements qui donnent de l'espoir contre le cancer"

Clarín - Argentina

"Señal de la Corte: le dijo no a un pedido de Cristina para demorar el fallo sobre Vialidad"

El País - Espanha

"EE UU exige a cada país de la OTAN que gaste en defensa el 5% del PIB"

Público - Portugal

"Montenegro muda quatro e puxa pela reforma do Estado"

Die Welt - Alemanha

"Antisemitismus in Deutschland nimmt stark zu"

The Guardian - Inglaterra

"Chaos fears over return of winter fuel payments"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Reprovação do governo Lula bate recorde após crise do INSS"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Moraes determina prisão de Zambelli, bloqueio de bens e nome na Interpol"

O Globo - Rio de Janeiro

"TCU dá aval a novo contrato para o Galeão, e Infraero venderá sua parte"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Internação de adultos provoca alerta em BH"

Correio Braziliense - Brasília

"DF amplia medidas sanitárias após 1º caso de gripe aviária"

Zero Hora - Porto Alegre

"Morales determina prisão preventiva e inclusão do nome de Carla Zambelli na lista da Interpol"

O Povo - Ceará

"Facção teria recebido R\$ 1,5 milhão para interferir nas eleições"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Reprovação de Lula bate novo recorde em meio a sucessivas crises"

Angela Ro Ro vence disputa e recupera site após sofrer cybersquatting

Justiça determina devolução do domínio de Angela Ro Ro

Angela Ro Ro venceu uma disputa judicial contra empresas acusadas de se apropriarem de seu domínio na internet. Em decisão da 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, foi concedida liminar que suspende qualquer exploração comercial do site angelaroro.com.br, após registro do endereço por terceiros devido a um "lapso de esquecimento" da artista quanto à renovação.

A ação, que tramita sob tutela de urgência, obriga as empresas Registro BR Informática e ToWeb Brasil a devolverem o domínio para Angela. Segundo a cantora, o endereço era usado para divulgação de sua carreira e contato com o público e contratantes.

Como ocorreu a apropriação do site?

Após perder o prazo de renovação, Angela afirma que a ToWeb Brasil registrou o domínio e passou a ofertá-lo por US\$ 750 (cerca de R\$ 4.196,25), valor considerado acima da média de mercado. Além disso, o site foi utilizado para veicular propagandas de joias e relógios, sem ligação com a artista.

O juiz Antonio da Rocha Lourenço Neto apontou na decisão, publicada em 15 de maio, que a prática caracteriza "cybersquatting", apropriação de domínios de nomes notoriamente conhecidos para obtenção de

vantagem financeira. Segundo o magistrado, o caso revela violação de boa-fé, concorrência desleal e risco de dano à imagem de Angela Ro Ro, cuja marca é registrada no **INPI**, mesmo sem a renovação recente da proteção.

Quais medidas foram impostas pela Justiça?

O juiz fundamentou a decisão: "Verifico a presença dos requisitos legais, notadamente a probabilidade do direito da autora, artista notoriamente conhecida como Angela Ro Ro, e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, diante da indevida apropriação e exploração comercial de nome que goza de proteção legal".

A liminar determina três medidas principais: bloqueio imediato do domínio angelaroro.com.br pela Registro BR, suspensão de qualquer leilão ou revenda pela ToWeb Brasil e proibição do uso do site para publicidade ou conteúdos de terceiros. O descumprimento implica multa diária de R\$ 1 mil às empresas.

A defesa de Angela Ro Ro argumentou que a perda do domínio resultou em prejuízos profissionais, incluindo a perda de contratos e oportunidades de shows, com cachês na faixa de R\$ 30 mil por apresentação. Recentemente, a artista desabafou após ser "abandonada" por uma produtora responsável por sua carreira.

Eminem processa Meta em US\$ 109 milhões por violação de direitos autorais de mais de 240 músicas

NOVIDADES



A produtora do rapper Eminem, Eight Mile Style, acusa a Meta de armazenar, reproduzir e explorar músicas em suas plataformas sem a devida atribuição e autorização.

O rapper Eminem está processando a Meta por US\$ 109 milhões (R\$ 610 milhões, em conversão direta) sob acusação de violação de **direitos** autorais. A ação foi movida em 30 de maio, segundo apuração do site E! News, que teve acesso aos documentos judiciais.

A queixa foi registrada pela Eight Mile Style, editora responsável pelas músicas de Eminem, no Tribunal Distrital dos EUA, Distrito Leste de Michigan, Divisão Sul. No processo, a empresa alega que a companhia de Mark Zuckerberg violou a propriedade intelectual do artista em 243 faixas, ao armazená-las, reproduzi-las e explorá-las sem autorização no Facebook, Instagram, WhatsApp e outros serviços do grupo.

O principal alvo da denúncia são as ferramentas Reels Remix e Original Audio. Segundo o processo, esses recursos "permitem e incentivam os usuários a roubar" músicas em suas criações sem atribuição de crédito ou licenciamento adequado. As faixas teriam sido utilizadas e reproduzidas milhões de vezes, sem qualquer compensação ao artista.

The publishing company that controls Eminem's music catalog is suing Meta for over \$109 million.

On May 30, Eight Mile Style filed a lawsuit against the social media giant in U.S. District Court in Michigan, accusing Meta of using 243 of Eminem's songs across Facebook, Instagram - XXL Magazine (@XXL) June 4, 2025

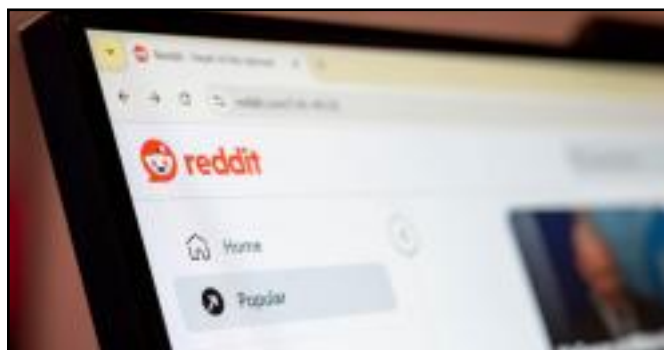
A ação também aponta que a Meta tentou obter os direitos sobre as canções por meio da Audiam, empresa especializada na gestão de direitos digitais. No entanto, segundo a Eight Mile Style, nenhuma permissão foi concedida - o que, para a editora, comprova uma conduta "desenfreada e consciente" de violação por parte da gigante das redes sociais.

Algumas faixas, como Lose Yourself, chegaram a ser removidas após queixas formais. Apesar disso, a Eight Mile afirma que versões cover e instrumentais continuam disponíveis nas plataformas.

A produtora exige o pagamento de US\$ 109 milhões em indenizações. Até o momento, a Meta não comentou o caso.

Reddit processa Anthropic por usar posts de usuários para treinar sua IA

LINK



Startup dona o chatbot Claude nega as acusações

A plataforma de mídia social, Reddit, processou a empresa de inteligência artificial (IA), Anthropic, na quarta-feira, 4, alegando que ela está ilegalmente "raspando" os comentários de milhões de usuários do Reddit para treinar seu chatbot, o Claude.

O Reddit alega que a Anthropic usou bots automatizados para acessar o conteúdo do Reddit, apesar de ter sido solicitada a não fazê-lo, e "treinou intencionalmente os dados pessoais dos usuários do Reddit sem nunca solicitar seu consentimento".

Reddit acusa Anthropic de usar publicações de usuários na plataforma para treinamento de sua IA, o Claude Foto: Adobe StockA Anthropic disse em um comunicado que discordava das alegações do Reddit "e que vai se defender vigorosamente".

O Reddit entrou com a ação, na quarta-feira, no Tribunal Superior da Califórnia, em São Francisco, onde ambas as empresas estão sediadas.

"As empresas de IA não devem ter permissão para extrair informações e conteúdo das pessoas sem limitações claras sobre como elas podem usar esses dados", disse Ben Lee, diretor jurídico do Reddit, em um comunicado na quarta-feira.

O Reddit já firmou acordos de licenciamento com o
abpi.empauta.com

Google, OpenAI e outras empresas que estão pagando para poder treinar seus sistemas de IA nos comentários públicos dos mais de 100 milhões de usuários diários do Reddit.

Esses acordos "nos permitem aplicar proteções significativas para nossos usuários, incluindo o direito de excluir seu conteúdo, proteções de privacidade do usuário e evitar que os usuários recebam spam usando esse conteúdo", disse Lee.

Os acordos de licenciamento também ajudaram a plataforma online, de 20 anos de idade, a arrecadar dinheiro antes de sua estreia em Wall Street como uma empresa de capital aberto no ano passado. Entre os beneficiados estava o CEO da OpenAI, Sam Altman, que acumulou uma participação como um dos primeiros investidores do Reddit que o tornou um dos maiores acionistas da empresa.

A Anthropic foi formada por ex-executivos da OpenAI em 2021 e seu principal chatbot, o Claude, continua sendo um concorrente importante do ChatGPT, da OpenAI. Embora a OpenAI tenha laços estreitos com a Microsoft, o principal parceiro comercial da Anthropic é a Amazon, que está usando o Claude para aprimorar sua assistente de voz Alexa, que é amplamente utilizada.

Assim como outras empresas de IA, a Anthropic tem se apoiado muito em sites como a Wikipedia e o Reddit, que são grandes fontes de materiais escritos que podem ajudar a ensinar ao assistente de IA os padrões da linguagem humana.

Em um artigo de 2021, de coautoria do CEO da Anthropic, Dario Amodei - citado no processo - os pesquisadores da empresa identificaram os subreddits, ou fóruns de assuntos, que continham os dados de treinamento de IA da mais alta qualidade, como

Continuação: Reddit processa Anthropic por usar posts de usuários para treinar sua IA

aqueles voltados para jardinagem, história, conselhos sobre relacionamentos ou pensamentos que as pessoas têm no chuveiro.

A Anthropic, em 2023 argumentou em uma carta ao Escritório de **Direitos** Autorais dos EUA que a "maneira como Claude foi treinado se qualifica como um uso essencialmente lícito de materiais", fazendo cópias de informações para realizar uma análise estatística de um grande conjunto de dados. O Reddit já está lutando contra uma ação judicial de grandes editoras de música, alegando que Claude regurgita as letras de músicas protegidas por **direitos** autorais.

Mas o processo do Reddit é diferente de outros movidos contra empresas de IA porque não alega vio-

lação de **direitos** autorais. Em vez disso, ele se concentra na suposta violação dos termos de uso do Reddit, e a concorrência desleal, segundo ele, foi criada.

Este conteúdo foi traduzido com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial e revisado por nossa equipe editorial. em nossa Política de IA.

c.2024 Fortune Media IP Limited

Distribuído por The New York Times Licensing Group

Bioeconomia pode gerar faturamento industrial de US\$ 284 bi até 2050, diz pesquisa



Setor também pode reduzir a emissão de carbono em 550 milhões de toneladas; veja desafios e potenciais do Brasil

"O investimento em bioeconomia no Brasil pode gerar um faturamento adicional para a indústria de US\$ 284 bilhões até 2050. Os dados são de pesquisa realizada pela ABBI (Associação Brasileira de Bioinovação), que aponta também a possibilidade de reduzir em 550 milhões de toneladas a emissão de carbono nos próximos 27 anos. Segundo o levantamento, várias frentes do país podem crescer com investimento em um modelo econômico baseado no uso sustentável de recursos biológicos para gerar produtos, energia e serviços. O setor de biocombustível, por exemplo, que hoje gera em torno de US\$ 23,5 bilhões por ano, pode alcançar uma rentabilidade de US\$ 266,1 bilhões. Com base nessas oportunidades, o R7 produziu a série de reportagens Em Cada Bioma Brasileiro para ouvir empreendedores de cada uma das regiões. Para alcançar o crescimento no faturamento apontado pela pesquisa, no entanto, é preciso várias frentes de investimento na economia sustentável e ambiental.

Professor de biotecnologia da FGV (Fundação Getúlio Vargas), João Francisco Maria alerta para a importância de incentivos tributários, fiscais, econômicos e de crédito para desenvolver as diferentes cadeias do setor. "O eixo transversal precisa investir em biotecnologia. É possível hoje, por exemplo, com o ouriço da castanha do Pará, produzir um plástico biodegradável. É preciso pensar na bioeconomia no

setor de serviços e produtos", defende. Para ele, a bioeconomia é a principal oportunidade econômica do Brasil. "A gente é um país florestal, como a Indonésia e o Congo. Temos um patrimônio genético de biodiversidade. Mas continuamos sendo um país em que a principal atividade econômica é a agropecuária extensiva, com as commodities e produção de carne, o que tem baixo valor agregado", observa. João Francisco afirma que a bioeconomia pode agregar valor aos produtos brasileiros e melhorar o resultado econômico do país.

"Além disso, a bioeconomia ajuda a preservar o meio ambiente, diminuir a emissão de CO2 e controlar o desmatamento", diz. Para o especialista, o Brasil continua com um desenvolvimento inferior ao desejável no setor. "Precisamos acelerar essa transição. A bioeconomia é uma economia baseada em biodiversidade, e precisamos de investimentos massivos de recursos e crédito de tecnologia nesse setor", analisa. "O agronegócio só se tornou o que é porque criamos a Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária]. Então, a gente precisa criar também um centro tecnológico [para desenvolver a bioeconomia]", conclui. Chefe-geral da Embrapa Agroenergia, Alexandre Alonso avalia que a "bioeconomia tem um enorme potencial para impulsionar o desenvolvimento regional e sustentável ao valorizar os ativos biológicos e o conhecimento local". "Quando utilizamos recursos renováveis da biodiversidade e da agropecuária para gerar produtos de alto valor agregado - como biocombustíveis, bioinsumos, bioplásticos ou ingredientes farmacêuticos -, criamos cadeias produtivas mais próximas dos territórios, gerando renda, inovação e inclusão", pontua. Para ele, isso é particularmente relevante no Brasil, "país com vasta diversidade biológica e uma agricultura altamente competitiva, capaz de ancorar uma nova reindustrialização verde e regionalizada". Ele diz que um dos desafios é transformar o conhecimento em escala industrial, "superando o chamado 'vale da morte' da inovação". "Ainda enfrentamos gargalos re-

Continuação: Bioeconomia pode gerar faturamento industrial de US\$ 284 bi até 2050, diz pesquisa

gulatorios, lacunas de financiamento para ICTs [Institutos de Ciência e Tecnologia], startups e empresas de base biotecnológica, além da necessidade de fortalecer cadeias produtivas baseadas em arranjos produtivos locais.

A bioeconomia requer também uma visão integrada entre ciência, política pública e setor privado - algo que estamos avançando, mas que ainda demanda maior articulação interinstitucional", observa. Ele cita alguns programas já adotados pelo governo, como o RenovaBio, o Combustível do Futuro, o Mercado de Carbono e o Marco Legal do Hidrogênio, e observa que esses marcos regulatórios baseados em métricas de sustentabilidade são eficazes para induzir investimentos. "Precisamos avançar, agora, em marcos legais que estimulem biorrefinarias, bioinsumos

e o uso de resíduos agroindustriais como matéria-prima. Incentivos fiscais e apoio à pesquisa aplicada são alavancas poderosas para consolidar essa nova base industrial de baixo carbono", sugere. Alonso cita os benefícios de se investir em bioeconomia: "A bioeconomia também permite criar produtos inovadores e sustentáveis que dialogam com as novas exigências dos mercados consumidores, tanto nacionais quanto internacionais. É um modelo que une ciência, natureza e desenvolvimento", finaliza. Fique por dentro das principais notícias do dia no Brasil e no mundo. Siga o canal do R7, o portal de notícias da Record, no WhatsApp

Índice remissivo de assuntos

ABPI

3

Propriedade Intelectual

3

Pirataria | Biopirataria

3, 17

Inovação

3

Propriedade Industrial

6

Entidades

6

Marco regulatório | INPI

13

Direitos Autorais

14, 15